



esboços

histórias em contextos globais

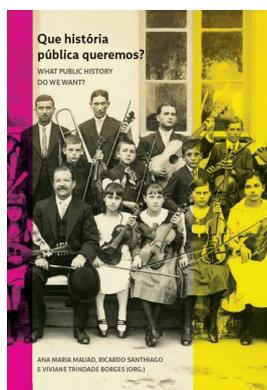
QUESTÕES E CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL

Issues and pathways for a public history in Brazil

Rafaela Sales Goulart^a

 <https://orcid.org/0000-0001-7118-1601>
E-mail: rafa_historia@hotmail.com

^a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História, Assis, SP, Brasil



MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos? / What public history do we want?*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. 358p.

PALAVRAS-CHAVE

Autoridade compartilhada. História pública no Brasil. História e historiografia contemporânea.

KEYWORDS

Shared authority. Public history in Brazil. History and contemporary historiography.

Organizado por Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Trindade Borges, o livro “Que história pública queremos?” (*What public history do we want?*) convida os leitores a participarem de um debate que caracteriza o campo e os caminhos da história pública no Brasil. Como novidade, essa produção de 2018, escrita por historiadores brasileiros e brasilianistas, oferece a tradução dos seus vinte capítulos para o inglês, o que ressalta não só a relevância dos percursos reflexivos (Que história pública queremos?) e práticos (Que história pública fazemos?) estabelecidos em território nacional, mas suas perspectivas de alcance internacional, que não descartam, segundo os organizadores, influências e diálogos do Brasil com as tradições teóricas estrangeiras referentes à área.

Adicionam-se ao catálogo editado pela Letra e Voz¹ esses textos em que os autores compartilham suas visões sobre história e história pública ao mesmo tempo que repensam seus próprios campos, temas, objetos, métodos e objetivos de pesquisa. Assim, o que caracteriza a contribuição do livro perante a pretendida história pública brasileira é exatamente a união entre uma espécie de autoavaliação das trajetórias e experiências teóricas e práticas do ofício do historiador e a redescoberta da “dimensão pública do conhecimento histórico” (MAUAD; SANTIAGO; BORGES, 2018, p. 11).

Nessa lógica, Ricardo Santhiago (2018, p. 329) defende que: “A história pública feita no Brasil, assim, não é um esboço de uma nova subdisciplina ou de uma nova profissão. Animada pelos desafios da pesquisa histórica, ela não é um fim, mas um meio”. Em “Pode-se falar de uma história pública brasileira?”, o autor demonstra, por exemplo, que fatos e experiências históricas vivenciadas no Brasil após o período da redemocratização – criação da Comissão Nacional da Verdade e da Lei do Acesso à Informação; expansão do ensino superior através de políticas de governo; proliferação de programas de TV, portais virtuais e publicações (de viés histórico) diversas; e busca pela regulamentação da profissão do historiador – foram responsáveis tanto pela “virada pública da história” (SANTIAGO, 2018, p. 323) quanto pela demanda por uma história pública brasileira.

Sobre o surgimento dos debates em história pública no Brasil, Rodrigo de Almeida Ferreira (“Qual a relação entre história pública e o ensino de história?”) o localiza a partir de eventos acadêmicos e/ou da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) e de publicações resultantes desses núcleos iniciados em 2011. Com base nessas ressonâncias oficiais nacionais, o autor orienta o papel da história pública no processo de qualificação dos professores de história, na medida em que permite um diálogo interdisciplinar e democrático junto às comunidades. Assim, em “Quais as afinidades entre o mestrado profissional em ensino de história e a história pública?”, Marieta de Moraes Ferreira analisa a emergência de mestrados profissionais na área (como o ProfHistória), ao passo que demonstra o avanço qualitativo de pesquisas e práticas pedagógicas que visam “[...] levar o conhecimento histórico científico para um público mais amplo” (FERREIRA, 2018, p. 58).

A propósito das trajetórias entre história pública e regulamentação da profissão do historiador no Brasil, Benito Bisso Schmidt, sob o questionamento: “Qual a relação entre a história pública e a profissionalização do historiador?”, aponta que até mesmo antes da expressão “história pública” ter sido reconhecida em contexto brasileiro no início do

¹ Outros livros sobre a temática foram publicados pela mesma editora: ALMEIDA; ROVAI, 2011; MAUAD; ALMEIDA; SANTIAGO, 2016; ALMEIDA; MENESES, 2018; CARVALHO; TEIXEIRA, 2019.

século XXI, historiadores já assumiam cargos e funções não necessariamente ligados à prática acadêmica, devido a fatores como o crescimento do número de profissionais formados e a conseqüente falta de oportunidades de trabalho na área. As experiências são citadas a fim de cruzar as primeiras repercussões do campo da história pública no Brasil com os desdobramentos da luta pelo reconhecimento da profissão e do espaço a ser ocupado por historiadores (públicos ou não) em nosso território.

Experiência similar é reportada por Richard Cândida Smith. Em “História pública, por que não?”, o historiador comenta que o termo *Public History* (História Pública) “[...] foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1976, quando o departamento de história da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, começou a oferecer cursos sobre a prática da história fora das universidades” (SMITH, 2018, p. 293).² Essa ação foi uma espécie de solução de emprego aos estudantes de história que, por terem no período poucas chances de atuação profissional no setor público, poderiam recorrer ao setor privado, ocupando cargos em museus, centros de documentação e organizações diversas. Apesar dos seus aspectos positivos, as mudanças ocasionaram na distinção não só das metodologias, mas das finalidades da história acadêmica e da história pública, proporcionando o afastamento daquilo que deveria ser a principal preocupação dos historiadores (públicos): o público. Smith (2018, p. 297) chega a mencionar sua experiência de trabalho com profissionais ligados às organizações privadas, apontando que eles ficavam limitados aos propósitos mais promocionais do que analíticos.

Discutindo história pública e ocupação de novos espaços e linguagens pelos historiadores, Bruno Leal Pastor de Carvalho, em “Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?”, e Sônia Meneses, em “Qual é a função da história pública em um país caracterizado por uma forte concentração midiática?”, alertam sobre os riscos e benefícios dessa relação constituída e voltada para o universo digital e midiático. Na hipótese de Carvalho, que também é válida quando se pensa os monopólios midiáticos brasileiros citados por Meneses (exemplo do Grupo Globo), a multiplicidade de discursos e interpretações surgidas na contemporaneidade podem “eclipsar a autoridade dos historiadores” sobre seu próprio campo de conhecimento (CARVALHO, 2018, p. 171). Destarte, tais reflexões levam à defesa da revisão de operações e linguagens historiográficas, a favor de uma atuação mais ativa e de combate a ondas, por exemplo, do revisionismo histórico.

A respeito do assunto, em “Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?”, Caroline Silveira Bauer fundamenta a especificidade do revisionismo no Brasil a partir do episódio da ditadura militar. Bauer reforça a função pública dos historiadores frente à atual conjuntura, que não só nega e produz apologias à ditadura, mas reforça, a partir de discursos pautados pelo direito à liberdade de expressão, “os marcadores de exclusão da sociedade brasileira” (BAUER, 2018, p. 203).

Nesse ponto, a denominação “livro-manifesto” – cunhada pelos organizadores da obra – vem a calhar. Um dos conceitos depreendidos do livro para pensar o lugar e papel dos historiadores e/ou da história pública, é o de “uma autoridade compartilhada” [*A shared authority*]. Seu criador, Michael Frisch (2016, p. 62), ao utilizar o exemplo

² Ao professor Robert Kelley, da Universidade da Califórnia, é atribuída certa narrativa oficial de surgimento da História Pública, sobretudo pela sua responsabilidade na criação da revista *The Public Historian* (O Historiador Público).

da metodologia da história oral, argumenta que os pesquisadores não são os únicos intérpretes da história que investigam e, portanto, não são os seus únicos autores. Para ele, o fato de o interlocutor (fonte entrevistada) estar condicionado e mediado por perguntas e lugares próprios, produz não apenas respostas, mas um processo de interpretação e construção de significados compartilhados no tempo presente.

Reforçando essa ideia, em “O que a história oral ensina à história pública?”, Juniele Rabêlo de Almeida apresenta a importância da história oral no processo de constituição do campo da história pública no Brasil. A historiadora utiliza não só o conceito de “autoridade compartilhada” (Michael Frisch), mas o de “comunidade de sentido” (Bronisław Baczko), para reforçar a defesa da “construção, interpretação e circulação dialógica do conhecimento histórico” (ALMEIDA, 2018, p. 107-108) nos dois campos.

Não obstante, Ana Maria Mauad (“Como as fotografias visualizam a história pública?”), Paulo Knauss (“Quais os desafios dos museus em face da história pública?”) e Miriam Hermeto (“Podem os palcos ser lugares de história pública?”) utilizam fotografias, museus e palcos como objetos, lugares e abrigos de investigação histórica que, por cumprirem uma função política, como mencionou Mauad (2018, p. 124), devem ser analisados levando em consideração as disputas sociais e de poder que lhes são inerentes. Ao estudar as produções artísticas dos anos de 1960-1970, por exemplo, Hermeto (2018, p.160) defende a história pública, assumindo ainda que ela deve ser feita “*por e com* os públicos não acadêmicos ou das instituições intelectuais clássicas”.

Já em “Todo patrimônio é uma forma de história pública?”, José Newton Coelho Menezes oferece uma importante orientação sobre aspectos conceituais e metodológicos referentes à utilização, nesse caso, do patrimônio e da memória como objetos públicos de pesquisa histórica. Complementarmente, Viviane Trindade Borges, no texto “Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis?”, resgata suas experiências pessoais com a pesquisa do Hospital Psiquiátrico São Pedro, de Porto Alegre (RS), para problematizar os significados de patrimonialização e suas implicações no que tange aos novos usos sociais de patrimônios difíceis. Por representarem uma memória de conflitos, esses patrimônios materiais de “consenso instituído” ainda revelam “problemas sociais marcados por embates éticos” (BORGES, 2018, p. 88), os quais repercutem ações e discussões públicas atuais.

Nessa perspectiva, Samantha Viz Quadrat (“É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil?”) utiliza o projeto “Passados Presentes: a memória da escravidão no Brasil e a recuperação do Memorial da Resistência de São Paulo” para redobrar a importância do “dever de memória” na construção de políticas públicas de reparo a traumas nacionais. Na mesma linha de frente, encontram-se os textos de Hebe Mattos, Keila Grinberg e Martha Abreu (“Que diferença faz a perspectiva da história pública nos estudos sobre a escravidão?”), James Naylor Green (“Como a história pública pode se comprometer com a diversidade LGBT?”) e Hebe Mattos (“Deve a história pública se comprometer com a democracia?”). Neles, os autores discorrem sobre assuntos igualmente silenciados em nossa história, o que determina o papel político e ético que devem assumir os historiadores junto a movimentos sociais que lhes são contemporâneos, tais como: movimento negro, LGBT e de historiadores pela democracia.

Nesse sentido, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, em “Como e por que fomentar uma história pública latino-americana?”, apresenta a história pública como uma possibilidade de se recontar não apenas a história nacional, mas a latino-americana, de modo que sejam esclarecidas as multiplicidades identitárias e históricas desse território marcado pelo colonialismo, pelas ditaduras e suas heranças autoritárias. Para isso, a autora sugere “a apropriação das mídias digitais por uma história pública de e da resistência” (ROVAI, 2018, p. 310). Por sua vez, em “A história pública serve para a teoria da história, e vice-versa?”, Rogério Rosa Rodrigues (2018, p. 279-280) sugere a articulação entre história pública, que permite “diálogo com todo o público e parceria interdisciplinar”, e teoria da história, a favor de “formular ideias gerais que possam servir de orientação para as práticas”.

Por fim, apreende-se em “A história de uma rua ou a história na rua”, o esclarecimento da foto de capa do livro: “a orquestra da Vidraria Santa Marina, formada por trabalhadores, seus filhos e filhas” (TOMÉ, 2018, p. 357). Do início do século XX, a imagem também foi apropriada no “livro-cartaz”: “Ó: Caminho, Estrada, Avenida”, exposto na Plataforma da estação Água Branca da CPTM, linha 7 Rubi, em São Paulo. De acordo com o produtor, o artista plástico e ilustrador Gilberto Tomé, seu trabalho retoma esse e outros retratos da paisagem paulistana com o intuito de contribuir, no espaço público, com reflexões sobre suas transformações urbanas, ao passo em que almeja produzir, coletivamente e no presente, novas impressões e interpretações do passado.

Desse exemplo específico, escrito pelo único não historiador da obra, retiramos não as respostas, mas a possível essência de “Que história pública queremos?”. Ou seja, a importância da conexão entre história e público ou entre o que os historiadores entendem por história e, agora, fazem conhecer publicamente por história pública brasileira.

O diálogo coletivo e amplo, as múltiplas visões de história e história pública, a maior quantidade de textos e suas respectivas traduções na coletânea, o amadurecimento da defesa da “virada pública da história” (SANTIAGO, 2018, p. 323) e de um lugar para a história pública brasileira no contexto internacional, são características positivas do livro quando comparado às duas publicações que o antecederam no Brasil. A primeira delas (“Introdução à história pública”), de natureza introdutória, buscava apresentar aos leitores (historiadores) o surgimento da história pública no país e no mundo, sobretudo a partir dos desdobramentos das pesquisas em história oral (ALMEIDA; ROVAI, 2011). Já a segunda (“História pública no Brasil: sentidos e itinerários”), publicada 5 anos depois, refletiu a ampliação das discussões acerca de uma possível história pública nacional, a qual foi arregimentada por discussões e diálogos com estudantes, professores do Ensino Básico e pesquisadores acadêmicos que passaram a conhecer e se interessar pelo assunto (MAUAD; ALMEIDA; SANTIAGO, 2016).³ Vale aqui retomar o texto de Schmidt para demonstrar que o pulsar da história pública na realidade brasileira ainda é contemporâneo à falta da regulamentação da profissão, o que vem contribuir, por exemplo, com a escassez de oportunidades de emprego, seja na esfera pública ou privada. Desses problemas, faltou ao conjunto da obra não

³ Importante ressaltar que nesta resenha, optei por citar apenas livros de história pública brasileira que foram editados pela Letra e Voz, o que não esgota a possibilidade de interpretações sobre a temática em revistas acadêmicas nacionais e internacionais.

necessariamente uma solução, mas testemunhos das experiências de profissionais de outras áreas e, inclusive, de não acadêmicos que trabalham em instituições culturais ou são pesquisadores *free-lancer* que enfrentam os desafios por uma outra perspectiva. Nesse aspecto, arriscam a perda indireta de sua propriedade intelectual e lidam também com revisionismos e silenciamentos de cunho político e ideológicos que despontam no espaço público atual.

Dessas questões, porém, surgirão mais caminhos criativos e coletivos sobre qual história pública queremos. Para isso, recomenda-se a leitura do livro tanto para alunos de graduação e pós-graduação, quanto para profissionais acadêmicos (professores de história e áreas afins, do nível básico ao superior) e não acadêmicos que tenham interesse pelos caminhos da história (pública) no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. O que a história oral ensina à história pública? *In: MAUAD, Ana Maria; SANThIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 101-120.*

ALMEIDA; Juliene Rabêlo; MENESES, Sônia. *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado.* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA; Juliene Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Introdução à história pública.* São Paulo: Letra e voz, 2011.

BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? *In: MAUAD, Ana Maria; SANThIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 195-203.*

BORGES, Viviane Trindade. Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis? *In: MAUAD, Ana Maria; SANThIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 85-100.*

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? *In: MAUAD, Ana Maria; SANThIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 167-174.*

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *História pública e divulgação de história.* São Paulo: Letra e Voz, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Quais as afinidades entre o mestrado profissional em ensino de história e a história pública? *In: MAUAD, Ana Maria; SANThIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 49-68*



FRISCH, Michael. Uma autoridade compartilhada [A shared authority]. *In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários.* São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-69.

HERMETO, Miriam Hermeto. Podem os palcos ser lugares de história pública? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 153-168.

MAUAD, Ana Maria. Como as fotografias visualizam a história pública? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 121-139.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

RODRIGUES, Rogério Rosa. A história pública serve para a teoria da história, e vice-versa? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 277-291.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Como e por que fomentar uma história pública latino-americana? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 307-321.

SANTIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 323-330.

SMITH, Richard Cândida. História pública, por que não? *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 293-306.

TOMÉ, Gilberto. A história de uma rua ou a história na rua. *In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). Que história pública queremos? / What public do we want?.* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 357-358.

NOTAS

AUTORIA

Rafaela Sales Goulart: Mestre. Doutoranda, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História, Assis, SP, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Avenida Dom Antônio, 2100, 19806-900, Assis, SP, Brasil.

FINANCIAMENTO

Esta resenha foi financiada com bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Beatriz Mamigonian

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 28 de outubro de 2019

Aprovado em: 30 de março de 2020

Como citar: GOULART, Rafaela Sales. Questões e caminhos para uma história pública no Brasil. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 338-345, maio/ago. 2020. [Seção] Resenha. Resenha da obra de: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos? / What public history do we want?*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. 358p.

